



CONFLITOS INDÍGENAS EM MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA FORMAÇÃO HISTÓRICA, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO

**Gianete Paola Butarelli
Fabricio Jose Missio**

Resumo

O objetivo do artigo é investigar as raízes históricas que sustentam a realidade de conflitos imbricada na relação entre índios e não índios no estado de Mato Grosso do Sul (MS). Para tanto foi fundamental o desenvolvimento de uma investigação histórica das dimensões de política e economia, em um recorte temporal entre final do século XIX e o século XX como forma de estabelecer a compreensão das características da organização recente do estado. Posteriormente foram caracterizados os processos históricos que marcam a problemática da territorialidade indígena em MS. Por fim, empreende-se uma reflexão que busca conjugar os fatos e elementos históricos da estrutura político-econômica do estado às interpretações de destacados pensadores, como Faoro (1973), Fernandes (1981) e Cardoso e Faletto (1980). As conclusões evidenciam que a morosidade das instituições em reconhecer e assegurar direitos étnicos em MS provoca o acirramento do conflito social, especialmente no que concerne à demarcação e ocupação de terras, atuando como obstáculo ao desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Conflitos sociais. Demarcação de terras. Desenvolvimento regional.

1 Introdução

Ao se estudar a formação histórica e econômica de Mato Grosso do Sul (MS) é necessário que a análise retroceda temporalmente a um período anterior à formação administrativa do estado, uma vez que é recente sua divisão político-administrativa, ocorrida em 1977. Ademais, para os propósitos desse trabalho, uma reflexão mais sólida das bases que sustentam a problemática dos conflitos indígenas na região requer, ao menos, que a análise retroceda ao final de século XIX e se estenda durante todo o século XX. Em outras palavras, ressalta-se que as especificidades históricas bem como a conformação política e econômica observadas no antigo sul de Mato Grosso, região posteriormente transformada no estado de Mato Grosso do Sul, moldaram aspectos que orientam toda a conjuntura política, econômica e social vigente nesse estado de forma que a compreensão de determinadas problemáticas atuais perpassa pela análise dessas referidas especificidades.

Mato Grosso do Sul, sobretudo a partir da década de 1980 tem sido palco de intensos conflitos territoriais envolvendo os povos indígenas que habitam seu território. O estado contém a segunda maior população indígena do Brasil, num total aproximado de 77.025 pessoas, das quais 61.158 residem em reservas (terras de



posse e ocupação), conforme dados oficiais publicados pelo censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010).

Pesquisar e compreender a relação conflituosa entre índios e não índios no estado significa lidar com as raízes históricas que alimentam dita relação, assentadas em terreno ainda parcamente explorado por tocar em condições convenientes de serem olvidadas. Nesse contexto, o objetivo do artigo é investigar as raízes históricas que sustentam a realidade de conflitos imbricada na relação entre índios e não índios no estado de Mato Grosso do Sul. Em outras palavras, analisam-se aspectos da formação histórica, política e econômica que configuraram a dimensão social em MS. A partir desses apontamentos busca-se evidenciar as características específicas da estrutura político-econômica dadas historicamente e indissociáveis quando da reflexão dos referidos conflitos.

Para cumprir com o objetivo, realizou-se uma investigação histórica das dimensões de política e economia, num recorte temporal entre final do século XIX e todo o século XX. Além disso, a análise desenvolvida buscou conjugar os fatos e elementos históricos da estrutura político-econômica do estado às interpretações de destacados pensadores, como Faoro (1973), Fernandes (1981) e Cardoso e Faletto (1980).

O artigo encontra-se estruturado em três seções além desta introdução e das considerações finais. A seção 2 resgata aspectos históricos e econômicos observados sobretudo a partir da Guerra do Paraguai, com a reflexão acerca do ordenamento territorial ocorrido na região sul do antigo Mato Grosso a partir das frentes exploratórias que aí adentraram e seus desdobramentos econômicos e políticos até os tempos hodiernos. A seção 3 aborda as compreensões de território e territorialidade observadas entre os Kaiowá e Guarani, com o intuito de desvendarem o processo histórico vivenciado por esses povos na região e os impactos deste mesmo processo sobre seu modo de viver. A seção 4 apresenta a confluência dos elementos fáticos e históricos desenvolvidos nas seções anteriores às bases teóricas de destacados pensadores (mencionados anteriormente) com a pretensão de, a partir dessa interação teórica, oferecer elementos que permitam o entendimento da realidade que favorece a perpetuação de conflitos étnicos locais.



2 Especificidade da formação histórica, política e econômica de MS

O ponto crucial a ser abordado como marco a partir do qual se inicia as ponderações teóricas a serem realizadas é indubitavelmente a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança (ou guerra do Paraguai). Entretanto, julga-se necessário lembrar que a descoberta do ouro na região de Cuiabá, pontualmente no rio Coxipó, afluente do rio Cuiabá entre os anos de 1718 e 1719, acabou por determinar maior interesse pela região setentrional de Mato Grosso. Essa descoberta atraiu interesses tanto de mineiros quanto de comerciantes e outros interessados em desenvolver atividades de exploração mineral, muitos dos quais continuaram a ocupar o território mesmo após o declínio dos achados auríferos (HOLANDA, 1986).

Ademais, cumpre ressaltar que esse emaranhado de movimentos e expedições em busca de conquista e reconquista territorial não ocorreu de forma pacífica e conjugou a atuação de diversos personagens com distintas temporalidades. Inicialmente, o entendimento das formas de colonização observadas na região (antigo sul de Mato Grosso) é vital na medida em que possibilitará uma profícua reflexão acerca dos desdobramentos que seguem tanto em sua perspectiva histórica quanto política e econômica.

A “ocupação” territorial mais efetiva (do atual território de MS), observado com maior vigor no entremeio dos anos de 1840 e 1940, surge a partir de um processo de colonização caracterizado por migrações espontâneas e denominado de “frentes de expansão”¹.

Cumpre ressaltar que quando se faz referência às modalidades de colonização percebidas no antigo sul de Mato Grosso devem ser consideradas as distintas características das “frentes de expansão” e das “frentes pioneiras”. A origem e desenvolvimento dessas frentes colonizadoras ocorreram em diferentes momentos da formação social e geográfica brasileira, e representaram interesses muito distintos entre si. Cada modalidade de transformação envolveu indivíduos ímpares com epistemologias próprias de suas culturas, e a “superação” de uma modalidade substituída por outra se deu ao custo de muitos conflitos que resultaram favoráveis à

¹ Cabe aqui reiterar que antes desse período não havia ainda interesse explícito na ocupação do território dessa região. De acordo com Holanda (1986), no final do século XVI houve na região do atual Mato Grosso do Sul, então sob o domínio espanhol, a fundação da povoação Santiago de Xerez que pela ausência de suporte econômico e pelo isolamento não conseguiu se consolidar. Posteriormente, já no século XVII, a região passou a ser alvo de constantes bandeiras paulistas interessadas na busca pelo ouro e na captura de índios para servidão.



temporalidade hegemônica definida pelo capital, conforme se vê atualmente (ALBANEZ, 2013).

A partir de 1840 é possível observar um aumento gradual de fluxos migratórios direcionados ao território do atual Mato Grosso do Sul, mas que somente tomariam volume considerável ao final da Guerra do Paraguai. De acordo com Velho (1972), com o final do conflito, em 1870, as frentes de expansão passaram a representar de forma significativa os segmentos marginais da sociedade brasileira que se adentravam em áreas até então inexploradas, ocupadas por sociedades indígenas.

A “visibilidade” desse território alcançado com o decorrer da guerra ocasionou a movimentação de um “campesinato marginal” em direção à região, atraídos pela grande extensão de terras livres numa penetração territorial do tipo “frente de expansão”. Para Albanez (2013), esse modo de apropriação da terra conservava ainda alguns traços de cultura de subsistência e extrativismo de autoconsumo, pouco ligado ao sistema econômico capitalista². Posteriormente essa forma de colonização passou a se chocar com as atividades da Companhia Mate Laranjeira, que buscou impedir o estabelecimento dos posseiros no território onde estavam estabelecidos os ervais.

Em outras palavras, a deflagração da guerra foi determinante para os desdobramentos que seguiram no antigo Sul de Mato Grosso, como é o caso da exploração da erva-mate bem como a implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), que ao longo da história do SMT estimulou o regionalismo na região. Com o conflito, também a atenção das autoridades políticas do país se voltaram para a região, e medidas de estímulo à ocupação do chamado “vazio populacional” à oeste passaram a ser implementadas como medida de proteção a um território considerado vulnerável (BRAND, 1997).

O período da guerra possibilitou a muitos a convivência com o bioma existente na região e a descoberta de ervais nativos (erva-mate) atuou de forma contundente nos rumos do desenvolvimento que se sucederiam posteriormente. A árvore da erva-mate é nativa da região, e a produção e comercialização de suas folhas constituíram importante ramo econômico desenvolvido sobretudo a partir do final da guerra, no ano

² Importante salientar que, apesar de pouca, existia sim ligação das frentes de expansão com o sistema econômico vigente. Entretanto as relações existentes nessas comunidades não eram determinadas pela produção de excedentes.



de 1870³. O ciclo ervateiro representou o cerne da economia política da época e esteve relacionada a praticamente todas as dimensões da vida social na região (QUEIROZ, 2015).

Com o final da guerra o volume de pessoas que se fixavam na região aumentou consideravelmente, com destaque para os paraguaios que buscavam fugir de um país devastado pelo conflito armado e os migrantes que chegavam principalmente do Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Posteriormente pode ser observada uma intensa movimentação de gaúchos que chegavam à região no período das violentas lutas civis que ocorriam no Rio Grande do Sul na década de 1890, decorrentes da Revolução Federalista (1893-1895), e que buscavam novas terras para o desenvolvimento da atividade pecuária (BRAND, 1997; ALBANEZ, 2013).

Destacou-se no período pós-guerra a figura do empreendedor Thomas Laranjeira, que percebeu na erva-mate nativa um grande potencial econômico a ser explorado. Com importantes contatos e vínculos com dirigentes provinciais e federais⁴, obteve no ano de 1882 a primeira concessão pública para explorar o mate nativo, concessão essa que viria a ser renovada e ampliada por diversas vezes, alcançandoquase que atotalidade das áreas ervateiras do antigo Mato Grosso⁵ (QUEIROZ, 2015).

Criou-se, então, em 1891 a Companhia Matte Laranjeira, que mantinha o monopólio da atividade ervateira na região do antigo sul de Mato Grosso. Essa Companhia expandiu suas atividades de tal forma que em meados da década de 1920 chegou a gerenciar recursos até seis vezes maiores que a receita estadual⁶, chegando

³Imprescindível ressaltar que a Argentina se constituía como o principal mercado consumidor da erva-mate produzida no então Sul de Mato Grosso, o que faz com que comumente se associe o uso da planta aos originários de referido país. Não obstante tal associação, quem tradicionalmente se utilizava das folhas dessa planta como complemento alimentar eram os antigos habitantes da região, sobretudo os povos Guarani. Posteriormente os conquistadores europeus adotaram o mesmo hábito vindo a formar um amplo mercado de consumo do produto (LINHARES, 1969), (QUEIROZ, 2015).

⁴ Destacam-se apoios políticos influentes como Joaquim Murtinho e Antonio Maria Coelho.

⁵ Apesar de essas áreas estarem administrativamente vinculadas ao Mato Grosso, há que ser lembrado que a erva mate é nativa apenas em parte da região Sul do antigo Mato Grosso, atualmente Mato Grosso do Sul.

⁶ A despeito da mencionada Companhia exercer o monopólio legal sob a atividade de extração do mate na região, ainda assim é possível observar a existência de alguns produtores independentes (posseiros) que sobreviviam ilegalmente a partir da exploração de pontos esparsos dentro da imensa área da concessão. Esse fato era inclusive gerador de conflitos entre a Companhia e esses posseiros, na medida em que aquela, para proteger seu



inclusive a financiar, em vários episódios, o próprio estado de Mato Grosso (BORGES, 2001). A influência política e econômica que a Mate Laranjeira passou a exercer no estado de Mato Grosso, possibilitou que a mesma se valesse de características de estado, exercitando atribuições típicas deste, com exemplo no policiamento, cobrança de taxas e emissão de autorizações (CARONE, 1970).

Entretanto, no ano de 1916 o monopólio da Companhia Matte Larangeira foi quebrado por meio da Lei nº 725, de 24 de setembro de 1915, muito embora seu domínio tenha se verificado até o ano de 1943, ocasião na qual o então Presidente da República, Getúlio Vargas, criou o Território Federal de Ponta Porã. A criação desse território federal objetivou, dentre outros fatores, a desarticulação definitiva do controle que a Companhia estabelecia no Sul de Mato Grosso, como forma de oportunizar a ocupação e nacionalização da fronteira. Nesse sentido e com essa pretensão o território foi criado e a partir de então os direitos de arrendamento da Companhia não forma renovados (BRAND, 1997).

Importante fato histórico que reverberou no processo de formação da região estudada refere-se ao programa de colonização “Marcha para o Oeste”, anunciado pelo presidente Getúlio Vargas em 31 de dezembro de 1937, e que conclamava à população que se aventurasse rumo ao oeste em busca de novas oportunidades de conquista e ocupação. Essa política colonizadora buscava a integração dos “espaços vazios” do interior com o litoral, e instigava a migração com vistas ao desenvolvimento de pequenas propriedades agropastoris. Muitas pessoas de diversas partes do país passaram a migrar à região, atraídos pelas terras vendidas pelo Estado a preços irrisórios, de forma que gradualmente se percebeu a modificação estrutural no estado de Mato Grosso, em especial na região Sul (GRESSLER e SWENSSON, 1988).

Dentro da política desenvolvimentista lançada por Getúlio Vargas destacou-se ainda a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) no mesmo ano em que foi criado o Território Federal de Ponta Porã, 1943, com a finalidade de promover a agricultura de pequeno porte e contribuir para a ocupação da região dita “vazia”, e que atraiu considerável contingente populacional (MENEZES, 2012).

A partir de então é possível observar que o fenômeno de colonização se transmuta para a modalidade de “frente pioneira”. Nessa espécie de colonização as

monopólio, usava de força repressiva através de uma milícia armada, os *comitiveros* (ALBANEZ, 2013).



características determinantes são a propriedade privada da terra adquirida pela compra o empreendimento econômico, e a produção voltada para o mercado. Essa transição das frentes de expansão para as frentes pioneiras ocorre a partir do estímulo à ocupação territorial nos moldes capitalistas, quando as relações de produção se tornam imperativas. Após a estabilização das “frentes de expansão”, os pioneiros passaram a avançar sobre as terras ocupadas pelos camponeses posseiros, de forma a originar os conflitos fundiários entre posseiros e fazendeiros (ALBANEZ, 2013).

A década de 1970 foi caracterizada pela chegada de mais migrantes gaúchos que por vários motivos se viram atraídos e se instalaram na região, introduzindo o desenvolvimento da agricultura mecanizada com destaque para o cultivo da soja e abertura de pastagens para criação extensiva de gado. Essa nova forma de ocupação econômica é a que perdura até a atualidade (BRAND, 1997).

Todo esse processo migratório e de expansão econômica observado na região Sul do então Mato Grosso acabou por delinear uma formação de estruturas políticas e econômicas distinta da que se via no Norte do estado. Pelas condições geográficas e climáticas propícias encontradas no Sul, os setores da agricultura e pecuária ali existentes se desenvolveram e se ampliaram atuando como força motriz do desenvolvimento econômico de todo o estado (SILVA, 1996).

Convém destacar que “Norte” e “Sul” do antigo Mato Grosso receberam distintas influências colonizadoras, fato este que acabou por interferir nas relações entre as duas regiões. No Norte uma população advinda, sobretudo da busca pelo ouro descoberto em Cuiabá no século XVIII e que tentava se consolidar como pequenos fazendeiros numa devastada economia mineradora. Já os responsáveis pela ocupação do Sul constituíam-se de migrantes atraídos pelas terras férteis vendidas a preços baixos, ágeis em desenvolver as potencialidades da região para as atividades de agricultura e pecuária (SANTOS, 1995).

Essas distintas estruturas de formação econômica entre Sul e Norte do mesmo estado atuaram também para fortalecer politicamente alguns grupos de famílias sulinas que deram origem às oligarquias regionais desvinculadas das oligarquias já existentes no Norte. A experiência exitosa do Sul com a prática econômica assentada na agricultura e pecuária acresceu a importância política e econômica das elites dessa parte do estado, e fomentou os ideais separatistas (BITTAR, 2009).



Na data de 11 de outubro de 1977, o então presidente Ernesto Geisel sancionou a Lei Complementar nº 31, criando o estado de Mato Grosso do Sul, em área desmembrada do estado de Mato Grosso. Os contornos do que se veria em termos políticos a partir do desmembramento puderam ser observados já no mandato do primeiro governador nomeado pelo presidente Geisel e empossado em 1º de janeiro de 1979. Harry Amorim Costa exerceu seu mandato por pouco mais de cinco meses, vencido por pressões políticas efetuadas pela já existente elite política estadual que se considerou desprestigiada por estar subordinada a um governador “de fora”, não sul-mato-grossense, e secundariamente pelo fato de que pessoas de outros estados foram escolhidas para compor a equipe técnica do governo (BITTAR, 1997).

O que se seguiu na conjuntura política do novo estado de Mato Grosso do Sul foi uma sucessão de governanças que formataram e fortaleceram a hegemonia das elites locais, com alternâncias do poder dentro da mesma esfera de influência. Essa dominação política esteve assegurada indiscutivelmente no poderio econômico das oligarquias agrárias, que predominaram desde a criação do estado. Esse ciclo hegemônico rompe-se apenas no ano de 1998, quando da eleição para governador de José Orcírio Miranda, um político notoriamente de esquerda.

Para Bittar (1997), antes da divisão havia se estabelecido no sul de Mato Grosso uma elite política de mando regional, destacando-se Olímpio Machado, Vespasiano Barbosa Martins, Nicolau Fragelli, Laucídio Coelho e Fernando Correa da Costa, dentre outros. A maioria pertencia a famílias vinculadas à posse de terras e alguns já haviam exercido função de governador de Mato Grosso, sendo que após a divisão político-administrativa continuaram a se alternar como governadores do novo estado até o pleito eleitoral do ano de 1998⁷.

O processo eleitoral de 1998 representou episódio inédito em Mato Grosso do Sul pelo protagonismo exercido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), uma frente de esquerda que desarticulou o controle hegemônico dos partidos políticos apoiados e compostos pelas elites rurais. A bipolaridade até então observada e o revezamento do poder entre *pedrossianismo* e *anti-pedrossianismo*⁸, acabou por representar uma

⁷ Vale ressaltar que o tão criticado “mandonismo” de Cuiabá, pelas elites do antigo sul de Mato Grosso, se fazia presente no SMT, pois ainda antes da divisão já havia se estabelecido. Ou seja, não se concretizou a expectativa de que “uma vez dividido o estado, o governo do sul seria exatamente o oposto daquele que rejeitava”. (BITTAR, 2009, p. 364).

⁸ Isso por que se alternavam como governadores Pedro Pedrossian (herdeiro político de Filinto Müller) e Wilson Barbosa Martins (herdeiro político de Fernando Corrêa da Costa).



disputa entre facções oligárquicas sob as quais já não se definiam quais eram os pontos de divergência política (Ferreira Jr, Bittar e Grosso, 2001). Essa governança alternada passou a protagonizar escândalos de corrupção que gradualmente esgotaram a influência desses sobre os eleitores, o que desencadeou uma empatia popular pelas ideologias apregoadas pelos partidos de oposição (notoriamente mais alinhados com um pensamento de “esquerda”) e o consequente empoderamento dessa ala política nas eleições estaduais de 1998.

A atuação dos partidos de esquerda em Mato Grosso do Sul tem inegável importância na história política do estado. O revés imposto às oligarquias políticas através da ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo constitui fato inusitado, uma vez que em um estado com estruturas preponderantemente agrárias espera-se que as elites rurais mantenham seu *status quo* como detentora do poder.

A partir da análise teórica concernente à formação histórica das estruturas políticas e econômicas de Mato Grosso do Sul supra colocadas é possível observar que as décadas seguintes à criação do novo estado, pontualmente os anos de 1970 e 1980 moldaram a região a partir de um evidente processo de transformação e modernização das atividades agropastoris. O uso intensivo de máquinas inovadoras e o avanço das técnicas agrícolas conjugaram-se à abertura do mercado brasileiro às economias estrangeiras no início dos anos 1990, originando o atual setor do Agronegócio. Atualmente, esse setor é alavancado no estado pelas monoculturas de soja e cana-de-açúcar⁹.

A transformação e modernização das atividades agropastoris são concomitantes a concentração da propriedade da terra em latifúndios e a expulsão gradual da força de trabalho rural, o que originou inúmeros conflitos territoriais envolvendo trabalhadores sem-terra e populações indígenas (QUEIROZ, 1998). Segundo o Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul (2015), realizado com base nos dados do IBGE, a estrutura fundiária no estado é concentrada com poucos latifundiários proprietários de grandes extensões de terra¹⁰ (Tabela 1).

⁹ Para uma análise da dinâmica econômica recente do estado ver, entre outros, Missio e Vieira (2014).

¹⁰ Entre os períodos de 1996 e 2006 percebe-se um considerável aumento na quantidade de estabelecimentos rurais no estrato de zero a menos de 100 ha, as chamadas pequenas propriedades. Esse aumento significativo durante o período deve-se, sobretudo pelo crescimento do número de assentamentos rurais observado na região. Entretanto ainda assim Mato Grosso do Sul caracteriza-se pela grande propriedade territorial.

**Tabela 1:** Estrutura Fundiária em MS – 1980/2006

GRUPO DE ÁREA TOTAL							
Ano	Descrição	0 - 20	20 - 100	100 - 1000	Mais de 1000	Sem declaração	Total
1980	Estab.	18.731	11.247	12.034	5.822	109	47.943
	Área (ha)	142.695	499.929	4.489.243	25.611.864	-	30.743.731
1985	Estab.	20.618	13.048	14.674	6.215	76	54.631
	Área (ha)	145.354	589.710	5.406.314	24.967.432	-	31.108.810
1996	Estab.	14.240	12.683	15.423	6.821	175	49.342
	Área (ha)	112.037	564.807	5.992.676	24.273.252	-	30.942.772
2006	Estab.	24.874	17.801	15.228	6.661	300	64.864
	Área (ha)	236.627	701.890	5.991.350	23.345.109	-	30.274.975

Fonte: Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul, 2015.

Os números apontados pelo diagnóstico socioeconômico de 2015 com base nos dados do IBGE refletem os aspectos históricos de política e economia apresentados no decorrer desta seção, e demonstram a existência de significativa concentração de terras em um número pequeno de propriedades que abarcam grandes áreas.

O surgimento dos conflitos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul é tema da próxima seção, que desenvolverá uma contextualização teórica da história desses povos na região até os dias atuais. Em se considerando que a região estudada abriga majoritariamente povos indígenas das etnias Kaiowá e Guarani, conforme aduz Silvestre (2011), o presente trabalho se concentrará em discorrer sua análise a partir das experiências de resistência desses grupos étnicos.

3 Território e Territorialidade Indígena: processos históricos em MS

Ao contrário do que tradicionalmente se supõe, o território hoje conhecido como estado de Mato Grosso do Sul, antigo Sul de Mato Grosso, não representava um “vazio demográfico” conforme muitas vezes repetido. A região abrigava populações indígenas guaranis, especificamente das etnias Kaiowá e Guarani, que antes da chegada das primeiras frentes de expansão, habitavam um vasto território de aproximadamente vinte mil quilômetros quadrados de extensão (LUTTI, 2009).



O período do pós-guerra no então Sul de Mato Grosso, conforme anteriormente argumentado, acabou por fixar na região algumas pessoas as quais, ambicionando explorar o mate nativo, aí se estabeleceram com suas famílias. O empreendimento específico de Thomas Laranjeira, a Companhia Matte Larangeira, com suas sucessivas e amplificadas concessões públicas para a exploração do mate, constituiu no referido período um impacto pontual sobre o modo de vida dos povos Kaiowá e Guarani. A partir daí já é possível observar os contornos do que se afiguraria adiante, no desenrolar do processo de ocupação de MS.

A Companhia foi responsável pelo deslocamento de inúmeras famílias tradicionais indígenas, haja vista a ocorrência da colheita do mate em novos e cada vez mais distantes ervais. Entrementes há que se ter em conta que apesar disso o impacto causado pela Companhia sobre as populações indígenas foi menor do que aquele representado pelas frentes pioneiras estabelecidas posteriormente, quando do final da concessão. Isso porque a Companhia não questionava a posse da terra ocupada pelos índios, ao mesmo tempo em que impedia que colonos se fixassem nessas áreas, como forma de proteção ao monopólio da extração (BRAND, 1997; FERREIRA, 2007).

Um fato relevante e pouco estudado refere-se ao uso, pela Companhia Matte Larangeira, da mão de obra indígena no desempenho de funções e trabalhos diversos ligados diretamente à empresa ervateira. Nas pesquisas referentes aos trabalhadores da erva mate o que comumente se percebe é a visibilidade quase que exclusiva da mão de obra paraguaia, e o silêncio quanto a exploração de mão de obra indígena (FERREIRA, 2007).

Monteiro (2003) reproduz em seus estudos um relatório elaborado em 1927 pelo Sr. Genésio Pimentel Barboza, funcionário do Serviço de Proteção aos Índios – SPI que circulou pela região à época com o intuito de descrever ao órgão protetor o modo como viviam os índios. Por meio do longo relatório, o funcionário descreve que a mão de obra utilizada pela Companhia era composta de índios e paraguaios, aqueles em maior número.

Os trabalhadores indígenas cooptados ao trabalho ervateiro eram envolvidos numa relação de verdadeira exploração. Com salários irrisórios, só tinham acesso às mercadorias comercializadas dentro dos próprios acampamentos a preços exorbitantes, de forma que passavam a constituir dívidas cada vez maiores que o



salário não dava conta de cobrir. A partir daí o que se observa é que a relação ocorria nos moldes de escravidão por dívidas, que apenas se romperia com a fuga do trabalhador. Alguns tentavam, porém, a maioria era capturada e acresciam-se às suas dívidas as despesas com a “diligência” de captura (FERREIRA, 2007).

No ano de 1916 o monopólio da Companhia Matte Larangeira sobre os campos ervateiros foi quebrado, quando a Lei nº 725, de 24 de setembro de 1915 abriu a possibilidade de os colonos adquirirem até dois lotes de terra de 3.600 hectares. Essa realidade aguçou nos novos proprietários colonos o sentido da propriedade privada, o que propiciou o início gradual de conflitos territoriais entre estes e os povos indígenas antigos residentes do território. No mesmo ano, 1915, o SPI iniciou suas atividades na região de Dourados, junto aos *Kaiowá e Guarani* (BRAND, 1997).

Nesse contexto histórico, entre os anos de 1915 e 1928, o SPI fez a demarcação de oito reservas indígenas destinadas a abrigar a população indígena no que atualmente é o sul de Mato Grosso do Sul. Tais demarcações, todas, contavam com dimensões exíguas em comparação com o contingente populacional desses povos. As áreas reservadas na região, quais sejam, Amambai, Dourados, Caarapó, Porto Lindo, Taquaperi, Sassoró, Limão Verde e Pirajuí, se situavam distantes dos territórios tradicionalmente ocupados, em locais desprovidos de significados segundo a cultura indígena, escolhidos pelos funcionários do SPI em função da facilidade de acesso (CAVALCANTE, 2013).

A criação dessas reservas foi importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização, e por consequência submeteu os povos tradicionais a padrões não indígenas no trato com o território e seus recursos naturais, ignorando a sua forma tradicional de organização social (BRAND, 1997).

Para Pereira (2007), a finalidade da delimitação de áreas reservadas, *a priori*, era a de concentrar os Kaiowá e Guarani em pequenas áreas de forma a liberar terras para a colonização agropastoril. Sequencialmente o intuito era implementar uma política assimilacionista dentro dessas reservas, que pudesse integrar os indígenas à dita “comunhão nacional”. Nestes termos, o confinamento territorial buscava integrá-los à ordem social da cultura dos não índios, com o fim específico de espoliá-los de sua identidade tradicional e convertê-los aos costumes ditos “civilizados”.

Essa demarcação discricionária dos locais das reservas territoriais efetuada pelo SPI delineou contornos conflituosos que perduram na região até os dias atuais. A



reunião de várias famílias extensas numa mesma área, advindas de inúmeros *tekoha*¹¹, representou um grande rompimento com relações culturais imanentes ao Kaiowá e Guarani, o que acabou por gerar conflitos internos. Outrossim, o rompimento com a tradicional prática de mobilidade, sempre numa busca cosmológica por equilíbrio ecológico, importou em rápido esgotamento dos recursos naturais já pouco existentes nas reservas, resultando em altos índices de desnutrição (CAVALCANTE, 2013).

Schaden (1974), em relatos datados do ano de 1940, já constatava que os Guarani caminhavam para uma situação de aldeamento confinatório e impositivo, defendido pelas autoridades administrativas sob o manto da proteção tutelar do Estado.

Não obstante, uma situação específica atuou de forma contundente sobre o que se vê atualmente na relação entre índios e não índios na região: a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, como parte do processo expansionista instigado por Getúlio Vargas. A instalação dos colonos migrantes em pleno território indígena provocou de imediato inúmeros e graves problemas, iniciando-se pelo questionamento da presença indígena no território a partir de então privado. A pressão exercida pelos colonos sobre as autoridades exigia a transferência imediata dos povos tradicionais para outros espaços (BRAND, 1997).

A atuação do SPI buscava viabilizar a mudança dos povos Kaiowá e Guarani às áreas reservadas, e quando encontrava resistência o próprio órgão indigenista se responsabilizava por fazer a transferência através do uso da força. A recusa em se “aldear” era considerada como ato subversivo, e para o governo justificava a suspensão de todas as formas de assistência, com aqueles relacionados a saúde, educação e apoio em programas econômicos, os quais passavam a ser disponíveis exclusivamente aos “aldeados” (LUTTI, 2009).

Percebe-se, quando da análise histórica, que os povos Guarani e Kaiowá passaram por um processo de desterritorialização de suas terras tradicionais para posteriormente serem reterritorializados nas reservas indígenas do estado. Este processo ignorou o modo próprio de vida, organização social, produção e consumo destes povos, considerando que a finalidade principal da criação das Reservas era a

¹¹ Entendido pelos indígenas como o “lugar em que vivemos segundo nossos costumes”. Grosso modo seria o local onde esses grupos podem realizar seu modo de vida tradicional.



de que, num futuro próximo, estas sociedades deixassem de ser indígenas, de forma a se assimilarem como pessoas não índias (MOTA, 2011).

A grave e problemática realidade vivenciada pelos Guarani e Kaiowá na região pode ser percebida como o desdobramento da política desenvolvimentista instituída na era Vargas. A partir da década de 1950 acentua-se a instalação de novos empreendimentos do setor agropastoril nos espaços antes ocupados pelos indígenas¹², fator determinante na modificação ambiental do território, que passa a ser constituído gradualmente de extensos campos de pastagens e vastas lavouras de soja (QUEIROZ, 1998).

Atualmente a região apresenta-se como uma área de permanentes conflitos entre indígenas e proprietários de terra, conflitos estes que muitas vezes revelam desfechos trágicos. A morosidade do Poder Público em se empenhar na resolução da problemática territorial em MS estimula as retomadas de *tekoha* por parte dos indígenas, confinados em pequenas áreas marcadas pela altíssima densidade demográfica, altos índices de suicídio e mortalidade infantil.

Em contraponto à articulação indígena em torno das retomadas territoriais os fazendeiros da região passaram a se organizar no sentido de defender a propriedade de terras, lançando mão até mesmo de expedientes ilegais (conflito armado).

A combinação de movimentos atua como propulsora de conflitos violentos com frequentes assassinatos (especialmente de lideranças indígenas). Como ilustração é possível destacar a matéria publicada no dia 31 de agosto de 2015 no jornal *Folha de São Paulo*, que informou o assassinato de uma jovem liderança Guarani Kaiowá, Simeão Fernandes Vilhalva, durante conflito territorial entre índios e fazendeiros ocorrido em 29 de agosto de 2015. O palco da violência, a terra indígena Ñanderu Marangatu, localiza-se na cidade de Antônio João – MS, e reveste-se, como muitas outras terras no estado, de características polêmicas do ponto de vista jurídico.

A terra indígena Ñanderu Marangatufoi alvo de homologação por decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União em 29 de março de 2005, mas que foi suspenso no mês de setembro do mesmo ano por decisão do então ministro presidente do STF, Nelson Jobim, a favor dos proprietários rurais que possuem

¹² E muitas vezes ainda habitados por aqueles índios que recusavam a acomodação nas áreas reservadas.



imóveis dentro de referido território¹³. Ainda em 2005, no dia 24 de dezembro, a Folha de São Paulo noticiou, no mesmo território, o assassinato do líder Guarani Kaiowá Dorvalino da Rochadurante confronto com seguranças de uma fazenda local.

O mesmo território Nãnderu Marangatu já havia sido palco, em 1983, do assassinato de uma emblemática figura de liderança destes povos, Marçal de Souza, conhecido internacionalmente à época por sua luta incisiva em busca de proteção aos direitos indígenas (Folha de São, 28/11/1983). Tal episódio alcançou prescrição processual sem que os responsáveis pela violência fossem punidos.

Dentre muitos outros episódios de conflito e violência entre índios e não-índios em MS é possível citar o desaparecimento do líder Guarani Kaiowá Nisio Gomes ocorrido no dia 18 de novembro do ano de 2011, logo após a retomada do tekoha Guaiviry localizado na cidade de Aral Moreira – MS (Folha de São Paulo, 19/11/2011).

A concepção corrente em Mato Grosso do Sul, insuflada na maioria das vezes pelos meios de comunicação local, é a de que “há muita terra pra pouco índio”, num silogismo raso que se transcende ao patamar de falácia. É difundida entre a sociedade não indígena a imagem categórica do indígena como incapaz, preguiçoso e atrasado, o que gera uma tensão permanente que se desdobra em extrema intolerância e incapacidade de reflexão. Essa disseminação de características negativas desconsidera todo o processo histórico vivido pelas comunidades como forma de desqualificar a luta indígena por reconquista territorial. Um exemplo latente da falta de relevância dada às problemáticas indígenas refere-se às altíssimas taxas de suicídio observadas e comprovadas entre os Guarani e Kaiowá, e que são permanentemente ignoradas pela população local.

A despeito de todo o histórico supra narrado, de conflitos e violência vivenciados por esses povos, há um crescente fortalecimento de sua identidade étnica, que propicia a transformação da passividade em mobilização, momento no qual passam a reivindicar o reconhecimento de sua existência e o direito de reproduzir seu modo próprio de ser e sentir. O questionamento sobre a ilegalidade do confinamento a que foram submetidos é premente, de forma que cada vez mais avocam para si seus territórios tradicionais como espaço de afirmação de identidade e autonomia cultural (ANJOS FILHO, 2009).

¹³ Decisão ministerial disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=94&classe=SL&codigoClasse=0&origem=JUR&recurso=0&tipoJulgamento=M>. Acesso em 22 de abril de 2016.



4 Esboço de uma interpretação econômica, política e sociológica

A compreensão das realidades observadas atualmente entre populações nacionais socialmente vulneráveis, como é o caso dos povos indígenas, exige uma fundamental reflexão acerca do processo de colonização experimentado pelo Brasil desde sua descoberta. Faoro (1973) já exortava à necessidade de se esmiuçar a história para além do fenômeno a ser compreendido. O autor utilizou-se de método, por exemplo, ao resgatar os acontecimentos históricos do país colonizador (Portugal) para entender a formação do patronato político brasileiro. Em outras palavras, essa construção histórico-científica permite uma análise acerca da origem do Estado-nação brasileiro, a partir da qual se delineia uma investigação ontológica que permite desvendar a identidade nacional.

Para Faoro (1973) a estrutura estamental vigente em Portugal incidiu diretamente na formação estrutural do Brasil colônia, que herdou de seus colonizadores a tradição patrimonialista e uma aristocracia que se considera desde essa época a única qualificada ao exercício do poder. Essa aristocracia deve ser compreendida num conceito que se dilata ao longo do tempo, abarcando inicialmente os homens de sangue nobre, os senhores de terras e engenhos, a burocracia civil e militar e finalmente a burguesia comerciante que ascendia aos postos do governo mediante a compra de empregos e acabava por aderir à consciência social aristocrática.

O termo “estamento burocrático” é largamente utilizado por Faoro (1973) para interpretar as estruturas da formação social brasileira, calcadas no patrimonialismo e nos privilégios para além dos aspectos econômicos. Esse patrimonialismo-estamental representa uma estrutura rígida e impermeável, que se renova sempre dentro de si mesma, pelo evento da circulação de elites. Faoro (1973) e Fernandes (1981) comungam do entendimento de que as estruturas políticas e institucionais do Brasil foram construídas ao longo da história de forma a tornarem-se centralizadas e com fortes traços de continuísmo e permanência de uma camada social nos círculos de comando.

Deste modo, o estamento burocrático engloba a relação entre indivíduos que desfrutam de prestígio e privilégios perante determinada sociedade, e congrega os



elementos políticos aos econômicos de forma a engendrar uma estrutura de poder circular e permanente. De acordo com Faoro (1973):

“Os estamentos florescem, de modo natural, nas sociedades em que o mercado não domina toda a economia, a sociedade feudal ou patrimonial. Não obstante, na sociedade capitalista, os estamentos permanecem, residualmente, em virtude de certa distinção econômica mundial, sobretudo nas nações não integralmente assimiladas ao processo de vanguarda”. (p. 59)

Essa permanência residual da estrutura de estamentos no Brasil é percebida também por Fernandes (1981) o qual considera que, inobstante a incorporação de relações capitalistas no país, os processos históricos e institucionais locais propiciaram a coexistência da sociedade capitalista e da sociedade estamental. Houve um processo de recomposição das estruturas de comando entre a aristocracia e uma burguesia ascendente, onde a consciência social aristocrática se enraíza dentro da classe em ascensão formando um todo disposto a perpetuar-se no poder em prol de interesses privados.

Transcendendo as ponderações supra colocadas para uma dimensão pontual, é possível a percepção de que se instalou no estado de Mato Grosso do Sul, desde sua fundação político-administrativa, um cenário favorável ao crescente empoderamento das oligarquias regionais, assentadas sob a proteção da titulação de terras muitas vezes oferecidas pelo Governo, mas muitas vezes também provenientes de meios escusos como a grilagem. Esse domínio sobre o território se constitui como a principal força das elites fundiárias sul-matogrossenses, e foi utilizado como esteio para a chegada e perdurância dessa classe no poder político do estado desde a fundação do mesmo.

Conforme destacado por Bittar (2009), o estado de Mato Grosso do Sul suporta como herança histórica o amálgama entre os círculos de comando político e os círculos de comando econômico. O trânsito entre esses círculos está restrito a uma elite que tem na propriedade da terra o passaporte para a manutenção de sua condição, renovando-se perpetuamente em si mesma. Essa realidade remete às ponderações de Faoro (1973) sobre o patrimonialismo estamental, uma vez que a forma histórica de estruturação social assentada em elementos políticos e econômicos tem, especificamente em Mato Grosso do Sul, sufocado as possibilidades de desenvolvimento das minorias.



As características intrínsecas e potenciais do estado, de grande extensão de terras férteis e cultiváveis, moldaram uma elite fundiária que entrelaça seu poderio econômico ao elemento político e governamental, o que oportuniza a indistinção entre as esferas público e privada. Essa indistinção contamina a caminhada do desenvolvimento social local, uma vez que dificulta a implementação das necessárias políticas públicas.

No mesmo sentido Cardoso e Faletto (1970), defendem a tese de que o processo histórico Latino Americano engendrou características específicas na estrutura político-social dos países da região. Esse processo deu origem a uma estrutura de classes que desenvolveu relações políticas as quais devem ser analisadas em sua relação com os aspectos econômicos. O estudo dessas relações e suas vinculações com o desenvolvimento perpassam pela compreensão histórica das dimensões econômica, social, política e cultural com a análise integrada dos processos de dependência e desenvolvimento.

A aplicação das ponderações dos autores citados no parágrafo anterior à realidade encontrada no Mato Grosso do Sul permite a compreensão de que a manutenção pelas oligarquias regionais de todas as relações de poder, da economia à política, transformou a região numa estrutura estável, onde aqueles que detêm o controle se veem confortáveis ante a inexistência de movimentos sociais capazes de transformar a estrutura posta. Em contraponto, qualquer movimento que ouse questionar o poderio dessa elite político-econômica é investido do papel de antagonista à ordem natural, exemplo claro do que ocorre com os movimentos de articulação indígena que tentam se estabelecer no Mato Grosso do Sul nos últimos anos.

Para Cardoso e Faletto (1970), os conflitos e mobilizações entre grupos e classes colocam as sociedades em movimento rumo ao desenvolvimento. A configuração dos aspectos políticos e institucionais é estruturada em função da classe hegemônica, de forma que apenas a movimentação das camadas dominadas é capaz de transformar a estrutura social e política.

Por fim, cumpre ressaltar o pensamento de Fernandes (2013), mais uma vez em diálogo teórico com Faoro (1973), quando pondera que a sociedade brasileira preserva fortes influências irracionais e conservacionistas, mantendo traços do antigo, e tão presente, colonialismo. Para ele, a “desintegração” do antigo regime se deu



através da formação de uma sociedade de classes. Entretanto o poder foi mantido como na estrutura colonial, com a concentração da riqueza, da cultura e do poder pelos círculos dominantes.

O que se observa em Mato Grosso do Sul é a manutenção de uma ordem social preestabelecida, onde em sistema cíclico os círculos de poder transitam da economia à política, defendendo seus interesses que inclui a manutenção do *status quo*. Entretanto, numa história recente, a população indígena habitante da região tem se articulado no sentido de reaver seus territórios tradicionais, amparados pela ordem constitucional legal instituída quando da promulgação da Constituição Federal de 1988.

A partir dessa articulação agigantam-se os conflitos entre os latifundiários (classe dominante) e os indígenas (classe em movimento). Aqueles buscam a manutenção da propriedade da terra, que carrega em si toda uma simbologia de poder, enquanto que estes se insurgem à ordem dominante e buscam a retomada dos territórios de ocupação tradicional.

Essa luta entre diferentes classes apresenta equilíbrios totalmente distintos, embora os “donos do poder” sejam sempre os mesmos. Em Mato Grosso do Sul o poder político está contido na classe de poder econômico (grandes proprietários de terra), num movimento circular e quase que ininterrupto, o que acaba por engessar todo o processo legal de demarcação territorial que poderia pôr termo aos conflitos étnicos locais.

5 Considerações Finais

Em termos históricos o estado de Mato Grosso do Sul é relativamente novo. Entretanto apresenta elementos de formação muito claros e alinhados com a formatação nacional. A análise dessas características à luz das teorias abordadas permite observar a existência de uma forte e consolidada oligarquia regional dentro das estruturas política e econômica do estado, que atua de forma hegemônica nos rumos do desenvolvimento em escala local.

Ao se pensar o caso sul-mato-grossense dos conflitos territoriais polarizados por indígenas e latifundiários, evidencia-se a influência da dimensão política no processo de manutenção da condição marginal imposta aos povos indígenas, tendo



em vista que a classe detentora do poder político confunde-se com a classe de poder econômico e manipula todo o andamento de desenvolvimento social com a finalidade de se manter como classe hegemônica.

A grande perda territorial experimentada pelos Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul desde o surgimento das frentes de expansão econômica em meados do século XIX resultou em impacto avassalador ao exercício de seus modos de ser e sentir. O confinamento em reservas transformou abruptamente o modo de vida desses povos, diminuindo e alterando profundamente e em essência a qualidade e o sentido da vida dessa etnia.

Sem território suficiente e sem o bioma típico da região esses povos veem inviabilizada a oportunidade da caça, da pesca e do extrativismo de subsistência. Ao se perceberem sem alternativas de suprir essa subsistência em conformidade com seus valores e crenças, passam a ser explorados em exaustivas jornadas de trabalho muitas vezes em condições degradantes, de forma que as aldeias se tornaram suprimento de mão de obra de baixo custo.

Esse processo de esbulho territorial desencadeou entre os Guarani e Kaiowá uma dinâmica maléfica e permanente a partir da qual uma grande quantidade de indígenas se submete a trabalhos extremamente penosos e a intensos deslocamentos em busca destes subempregos, além de um regime laboral que em diversos casos poder ser classificado como escravidão por dívidas. Muitas vezes colocada como alternativa de emancipação desses povos, a questão trabalhista, da forma como explorada, acaba por representar um verdadeiro problema que assola as comunidades indígenas.

Apesar da existência de inúmeras barreiras, nas últimas décadas esses povos têm se mobilizado para a recuperação de seus antigos territórios, os *tekoha*, promovendo articulações eficientes e a solidariedade entre as famílias extensas como forma de fortalecer a luta pela reocupação territorial, e ainda mais, lutam pela auto-gestão desses territórios, com o objetivo precípuo de realizar as condições de “bem viver”.

Grandes conquistas sociais advieram da mobilização, sobretudo a partir da década de 1980, muito embora o caso dos Guarani e Kaiowá na região de Mato Grosso do Sul esteja permeado de frequentes contradições entre ditames jurídico-legais e realidade fática. A Carta Constitucional de 1998, maior conquista em esfera



nacional, esmorece ante a associação de interesses entre os poderes econômico e político e um dos funestos efeitos dessa aliança é justamente o recrudescimento das investidas contra os direitos constitucionais das comunidades indígenas.

Entretanto, apesar dessa disparidade entre o espírito constitucional e a realidade de fato, indubitável que houveram avanços em termos de políticas públicas direcionadas diferenciadamente às populações indígenas. Um exemplo observado nos últimos anos refere-se ao aumento de espaços abertos à participação de representantes indígenas, bem como de apoiadores não indígenas, nos processos de formulação e monitoramento de políticas públicas.

Em Mato Grosso do Sul é perceptível que as elites oligárquicas regionais desenham as estruturas sociais de acordo com os interesses da classe a qual pertencem. Nessa realidade a classe detentora do poder impõe seus interesses pela via política, perpetuando assim a condição de subdesenvolvimento no âmbito de sua influência. Essas estruturas de poder vigentes na região atuam de forma harmônica e utilizam-se de todos os instrumentos possíveis, sejam administrativos ou judiciais, para retardar a vigência fática de direitos territoriais dos povos indígenas.

Esse movimento cíclico e vicioso trabalha para manter o *status quo* em benefício de uma elite fundiária hegemônica e em detrimento de populações com direitos ainda encarcerados na letra da lei. Dessa configuração advém o combustível que alimenta os conflitos indígenas em Mato Grosso do Sul, tendo em vista que a mobilização da população indígena em busca de um projeto próprio de desenvolvimento afeta os projetos de manutenção dos latifundiários locais como classe dominante.

Referências

ALBANEZ, Jocimar Lomba. **Ervais em queda: transformações no campo no extremo sul de mato grosso (1940-1970)**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.

ANJOS FILHO, Robério Nunes dos. **Direito ao Desenvolvimento de Comunidades Indígenas no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído**. In: *A prática política da classe dirigente sul-mato-grossense 1977-1997*. 1997. 538f. Tese (doutorado em história social) – faculdade de filosofia, letras e ciências humanas/USP, São Paulo.



BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul a construção de um estado: regionalismo edivisionismo no sul de Mato Grosso**. Volume I. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

BORGES, Fernando Tadeu Miranda. **Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)**. 2. Ed. São Paulo: Scortecci, 2001.

BRAND, Antonio Jacó; ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de. **A desterritorialização dos Kaiowá e Guarani e a liberação de terras para a colonização no MS**. In: II Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes e práticas interculturais na universidade, 2007, Campo Grande. II Seminário... Campo Grande: UCDB, 2007.

BRAND, Antonio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 7^o ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CARONE, Edgar. **A republica velha (instituições e classes sociais)**. São Paulo: Difel, 1970.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Editora Globo. 3.ed. Rio de Janeiro, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo, Zahar, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais do Brasil**. Global editora. 1.ed.digital.São Paulo, 2013.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. **A participação dos índios kaiowá e guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR, Marisa; GROSSO, Fausto Mato. **Política, Partido e Estado: uma análise do governo de esquerda em Mato Grosso do Sul**. INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 2, N. 3, Set. 2001.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados**. Dourados, 1988.



HOLANDA, Sérgio B. de. **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense: Secretaria da Cultura, 1986.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

LUTTI, Aline Castilho Crespe. **Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowá no município de Dourados – MS: (1990-2009)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

MISSIO, Fabricio José;Vieira, Rosele Marques. A Dinâmica Econômica Recente do Estado de Mato Grosso do Sul (MS): uma análise da composição regional e setorial. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, v. 19, p. 176-195, 2014.

MENEZES, Ana Paula. **Atividades econômicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND): a agricultura e a exploração da madeira (1950-1970)**.Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. **Levantamento histórico sobre os índios GuaraniKaiowá**. Museu do Índio/FUNAI. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2003.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e Territorialidades Guarani e Kaiowá: Da Territorialização Precária Na Reserva Indígena de Dourados À Multiterritorialidade**. 2011.Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados,Dourados.

PAULA, Luís Roberto de; VIANNA, Fernando de Luiz Brito. **Mapeando Políticas Públicas para Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2011.

PEREIRA, Levi Marques. **Modalidades e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais**. Suplemento Antropológico. (Asunción) v. XLII, n. 01, junho de 2007.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: Contribuição à História da Empresa Concessionária dos Ervais do Antigo Sul de Mato Grosso**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan.-jun., 2015

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. **Breve roteiro das transformações no campo sul-mato-grossense entre 1970 e 1985**. Revista de Geografia, Campo Grande: UFMS, n. 8, p. 33-40, jul./dez. 1998.

SANTOS, Alisoete Antonia Weingartner dos. **Movimento Divisionista em Mato Grosso do Sul (1889-1930)**. 1. Ed. Porto Alegre: Edições Est, 1995.

SCHADEN, Egon. **Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani**. São Paulo. E.P.U./EDUSP, 1974

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



SILVA, Jovam Vilela da. **A Divisão do Estado de Mato Grosso: Uma Visão Histórica - 1892-1977.** – Cuiabá: EdUFMT, 1996.

SILVESTRE, Célia Maria Foster. Entretempos: **Experiências de Vida e Resistência entre os Kaiowá e Guarani a Partir de Seus Jovens.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2011.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.